

Congresso inicia hoje nova sessão legislativa ordinária

Mensagem do presidente da República expondo a situação do país será entregue ao senador Antonio Carlos Magalhães pelo ministro da Casa Civil

Comissão de Orçamento será formada em março

A Mesa Diretora do Congresso deverá fixar, ainda este mês, com base num cálculo de proporcionalidade partidária, quantos parlamentares de cada partido integrarão a Comissão Mista de Orçamento - o órgão incumbido de estudar a proposta de lei orçamentária para 1998, a ser enviada à Casa pelo governo.

Até o quinto dia útil de março, os líderes indicarão os parlamentares de suas bancadas que integrarão essa comissão.



Antonio Carlos vai presidir hoje sessão de reinício das atividades

CPI dos Títulos Públicos terá audiências
Página 2

Napoleão quer limitar efeito vinculante
Página 3

O Congresso Nacional reinicia suas atividades hoje, com a instalação da 3ª sessão legislativa ordinária da 50ª legislatura, em sessão solene a realizar-se às 16h, no plenário da Câmara dos Deputados. A sessão será dirigida pelo presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, que fará um breve discurso.

Após a abertura da sessão e a declaração, pelo presidente do Congresso, de instalação dos trabalhos, o Coral do Senado interpretará o *Hino Nacional*. O ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, será encaminhado ao plenário pelos secretários-gerais das Mesas da Câmara e do Senado e pelos diretores-gerais das duas Casas. Ele entregará ao senador Antonio Carlos Magalhães a mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso. A mensagem será lida pelo 1º secretário da Mesa do Congresso, deputado Ubiratan Aguiar.

De acordo com o inciso XI do art. 84 da Constituição, compete privativamente ao presidente da República "remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do país e solicitando as providências que julgar necessárias".

Para a sessão solene, foram convidados embaixadores, ministros de Estado e dos Tribunais Superiores, autoridades civis, militares e eclesásticas.

Líderes escolhem membros das comissões

Os líderes partidários devem reunir-se a partir de hoje para escolher os integrantes de suas bancadas que vão compor as sete Comissões permanentes do Senado - o setor onde se realiza o trabalho mais árduo da atividade legislativa. Os líderes deverão entregar os nomes à Mesa Diretora, e esta, como dispõe o Regimento Interno da Casa, designará os integrantes de cada comissão.



As comissões realizam o trabalho mais árduo no Senado

... talar seus trabalhos e eleger seus presidentes e vice-presidentes. Cabe às comissões permanentes estudar e emitir parecer sobre proposições, e, em certos casos, aprová-las terminativamente, realizar audiências públicas com entidades da

sociedade civil, convocar ministros de Estado para prestar informações, apreciar programas de obras e de desenvolvimento e até propor a sustação de atos normativos que exorbitem o poder regulamentar do Executivo.

Encontram-se aguardando deliberação nas comissões técnicas do Senado matérias como a regulamentação do poder de emissão de medidas provisórias, a disciplina legal dos recursos biogenéticos, a proteção a cultivares, e projetos referentes à reforma agrária.

Depois de cumprida essa exigência regimental, as comissões se reunirão, num prazo de cinco dias, para ins-

Campos cobra crédito para agricultores

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apoiou reivindicação feita pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Água Boa, em Mato Grosso, no sentido de que sejam simplificados os critérios de acesso ao crédito do Programa Nacional de



Júlio Campos

Agricultura Familiar (Pronaf). O senador disse que o Ministério da Agricultura e as autoridades financeiras do país precisam ser sensíveis aos apelos desses trabalhadores.

- Eles querem apenas trabalhar e começar, com o seu exemplo, de dedicação e altivez, um projeto de reforma agrária - disse Júlio Campos. Conforme explicou, é fundamental, para isso, que as famílias assentadas tenham acesso ao crédito, hoje só concedido a proprietários de terras.

Na opinião do senador, se essa modalidade de empréstimo não for facilitada, "o festejado Programa de Agricultura Familiar não atingirá seus objetivos e existirá somente nas dispendiosas campanhas publicitárias do governo federal, sem êxito nenhum".

A seu ver, as medidas de simplificação dessas operações deverão ser repassadas "urgentemente" aos agentes financeiros, para que os recursos possam ser liberados em tempo oportuno.

Senado começa a discutir "lei de patentes" para pesquisa agrícola

Jonas Pinheiro está concluindo parecer sobre projeto que protege direitos dos profissionais que se dedicam à melhoria de sementes

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) conclui nesta semana seu parecer sobre o projeto de Lei de Cultivares. A proposta, oriunda da Câmara dos Deputados, pretende estabelecer legislação que defenda os direitos autorais dos pesquisadores agrícolas, produtores ou profissionais especializados na melhoria de sementes, sejam pessoas físicas ou jurídicas, que estejam desenvolvendo variedades novas e mais eficientes no país.

Atualmente, a falta dessa proteção acaba permitindo que novas sementes, frutos de muitos anos de trabalho e altos in-

vestimentos de instituições públicas e privadas, sejam copiadas, usadas ou exportadas, sem qualquer custo para os agentes econômicos.

A Lei de Cultivares é a versão agrícola da Lei de Proteção da Propriedade Industrial, aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado. No âmbito de organismos internacionais, como o Mercosul, o Brasil é um dos poucos países que ainda não aprovou legislação para proteção de propriedade intelectual oriun-



Jonas Pinheiro

da da pesquisa agropecuária. O senador Jonas Pinheiro orientou sua assessoria para manter inúmeros contatos com entidades da pesquisa e produção agropecuárias, a fim de recolher subsídios para o fechamento de seu parecer sobre a matéria.

O projeto procura definir o que seria um cultivar - semente resultante de pesquisa e aprimoramento com características definidas -, fixa direitos sobre sua comercialização e tipifica quais os profissionais ou instituições passíveis de serem beneficiados pela legislação.

CPI dos Títulos Públicos realizará audiências públicas nesta semana

A CPI dos Títulos Públicos realizará quarta e quinta-feiras audiências públicas para colher depoimentos. Na primeira audiência serão ouvidos Yoshiaki



Bernardo Cabral

Nakano, secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Ariovaldo D'Angelo, diretor-financeiro do Banespa, e Ibrahim Borges Filho, presidente da IBF Factoring.

Na quinta-feira, prestarão



Roberto Requião

depoimentos José Antônio de Freitas e Wagner Baptista Ramos, respectivamente secretário de Finanças e coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo, além de Geraldo Biasoto Junior, secretário de Finanças da

prefeitura de Campinas. As reuniões começarão às 17h.

A comissão, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e tendo como relator o senador Roberto Requião (PMDB-PR), espera encerrar a primeira fase da sua agenda de depoimentos no dia 26 deste mês, quando deverão ser ouvidos os secretários da área econômica das prefeituras de Guarulhos e de Osasco e o secretário da Fazenda de Pernambuco.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

16h - Preside a instalação dos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura. *Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados*

CONGRESSO

16h - Instalação dos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura. *Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados*

PREVISÃO DE TRABALHOS

Quarta-feira (19.02.97)

17h - CPI dos Títulos Públicos

Pauta: Depoimentos do presidente da IBF Factoring, Ibrahim Borges Filho; do secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Yoshiaki Nakano; e do diretor Financeiro do Banco do Estado de São Paulo, Ariovaldo D'Angelo. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.*

Quinta-feira (20.02.97)

17h - CPI dos Títulos Públicos

Pauta: Depoimentos do secretário das Finanças do Município de São Paulo, José Antônio de Freitas; do coordenador da Dívida Pública do Município de São Paulo, Wagner Baptista Ramos; e do ex-secretário Municipal de Finanças da Prefeitura de Campinas, Geraldo Biasoto Júnior. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

Carta à *Folha* contesta dados sobre Congresso

Em carta encaminhada no último dia 7 ao diretor editorial da *Folha de S. Paulo*, Otávio Frias Filho, o diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando César Mesquita, contestou a manchete do jornal daquele dia intitulada "Congresso aprova só 7 projetos", sobre os trabalhos da convocação extraordinária deste início de ano.

- Somente o Senado aprovou 35 matérias, das quais 3 foram enviadas à sanção presidencial, 31 à promulgação e uma à Câmara. Além disso, o Senado arquivou duas matérias, após examiná-las e discutí-las. Ao todo, portanto, o Senado debateu e apreciou 37 matérias - afirmou.

Fernando César Mesquita apontou ainda o "raciocínio enganoso" sustentado na matéria da *Folha*, ao estipular custos a partir de projetos aprovados. "Isso vale dizer que o Congresso só trabalha quando aprova as propostas examinadas, o que, naturalmente, é uma idéia absurda", afirma ele na carta.

Conforme o diretor da Secretaria de Comunicação Social, cabe ao Congresso discutir cada matéria, podendo aprová-la ou rejeitá-la. "Muitas vezes uma matéria que acaba rejeitada exige mais tempo, dedicação, exame e trabalho dos parlamentares do que uma matéria aprovada. Mas pelo que a manchete sugere, se não aprovou, não trabalhou, e pronto", observou.

Napoleão quer restringir efeito vinculante nas decisões do STF

Mecanismo deve ser adotado apenas em matérias que versem sobre direitos tributário e previdenciário, conforme emenda do senador

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) reafirmou que é importante para a segurança das instituições jurídicas do país restringir o alcance da proposta de emenda constitucional que institui o efeito vinculante para decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

Líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão é de opinião que o efeito vinculante deve ser adotado apenas para as matérias que versem sobre direito tributário e direito previdenciário, as quais, conforme disse, envolvem cerca de 50% das

demandas jurídicas em apreciação nas Cortes superiores de Justiça.

Com o objetivo de eliminar o que classificou de "insegurança jurídica" e evitar a "imutabilidade" das decisões do STF, o senador apresentou emenda à proposta de iniciativa do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), acrescentando dois parágrafos ao artigo 102 da Constituição, de modo a permitir aos Ministérios Públicos da União, dos estados e do Distrito Federal e à OAB (Ordem dos Advogados



Hugo Napoleão

do Brasil) solicitarem a revisão do efeito vinculante das decisões do Supremo.

Notícias geradas no Senado têm bom aproveitamento na imprensa

Pesquisa diária sobre a divulgação dos trabalhos dos senadores nos principais jornais do país demonstra que, atualmente, cerca de 40% das notícias geradas nas atividades legislativas e veiculadas no *Jornal do Senado* são também publicadas na grande imprensa, o que pode ser interpretado como bom índice de aproveitamento.

A informação consta do *Relatório da Presidência* referente ao ano de 1996, em cuja apresentação o senador José Sarney destaca que aquele percentual situa-se, antes, em torno de 12%. A pesquisa, por sua vez, é oferecida aos gabinetes dos senadores pela Secretaria de Comunicação Social. O aumento da veiculação das notícias geradas pelo plenário, pelas comissões e pelos senadores, individualmente, foi resultado de serviços e produtos "idealizados com o objetivo de abrir

à opinião pública um canal direto de informações completas, corretas e objetivas", assinala Sarney no relatório.

Relatório traz em detalhe todos os trabalhos desenvolvidos no ano de 1996, incluídas as duas convocações extraordinárias

Distribuído a todos os senadores no último dia 4, quando José Sarney transmitiu a presidência do Senado a Antonio Carlos Magalhães, o *Relatório* traz em detalhe todos os trabalhos desenvolvidos no ano de 1996, incluídas as duas convocações extraordinárias, realizadas entre 1º e 31 de julho, e de 17 a 20 de dezembro.

Das cerca de 700 proposições apreciadas, José Sarney destaca em sua apresentação as propostas de emendas consti-

tucionais (PECs) de criação do Fundo Social de Emergência; admissão de professores e técnicos estrangeiros nas universidades; quebra do monopólio estatal na área de seguros e resseguros; aplicação de parte dos impostos estaduais na manutenção e desenvolvimento do ensino; e normas de criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

Além das PECs, os senadores deliberaram sobre os Códigos de Trânsito e de Mineração e apreciaram projetos de iniciativa do Senado e da Câmara sobre assuntos relevantes como o regime tributário especial para microempresas e empresas de pequeno porte, a redução do limite percentual de multa decorrente de inadimplência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a fixação do rito sumário nas desapropriações de imóveis rurais.

Francelino explica emenda da reeleição

"Claro está que, numa hora como essa, não se está efetivamente votando a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, nem a reeleição de qualquer governador ou de qualquer prefeito", afirmou, em entrevista, o senador Francelino Pereira (PFL-MG), ao explicar que a proposta de emenda constitucional que trata do assunto refere-se apenas à inserção desse princípio na Constituição brasileira.

O que estamos votando é sobre o instituto da reeleição. O prefeito e o governador, se não houver exigência de desincompatibilização para eles, terão que ser candidatos da mesma forma como se prefeito ou governador não fossem, exatamente porque eles terão que percorrer os mesmos caminhos que serão percorridos por outros candidatos em outras circunstâncias. De tal forma que a única diferença que tem é que eles não se desincompatibilizariam - assinalou.

Lembrando que a emenda da reeleição ainda será votada em segundo turno na Câmara, Francelino disse que a perspectiva no Senado é que o projeto obtenha a mesma repercussão e suscite os mesmos debates realizados na Câmara.



Francelino

Primeira Secretária apresenta relatório de atividades de 1996

Odacir Soares destaca economia em obras e novas normas para utilização da gráfica

O senador Odacir Soares (PFL-RO), que exerceu o cargo de primeiro-secretário do Senado na última gestão da Mesa Diretora, divulgará nesta semana o *Relatório de Atividades da Primeira Secretária em 1996*, com dados detalhados sobre o desempenho de órgãos do Senado.

Na apresentação do relatório, o senador destaca inúmeras iniciativas de caráter normativo, tomadas com o objetivo de estabelecer parâmetros para o desempenho das atividades administrativas. Entre elas, Odacir salienta a regulamentação da utilização do Centro Gráfico, que passou a ser feita de acordo com as disposições legais dos tribunais superiores, inviabilizando qualquer impressão que pudesse ser considerada de finalidade eleitoral. Em 96 também cresceu a participação do Senado em feiras do livro nacionais e internacionais e a produção de CD-Rom com legislação brasileira integral e bibliografia de Direito.

Visando a racionalizar e simplificar os procedimentos

relativos a compras e contratações realizadas pelo Senado, o primeiro-secretário ressalta a adoção de calendário de aquisições e contratações e a elaboração de minutas-padrão de editais de licitação, contratos e convênios. Odacir realça que três providências contribuíram para a redução dos custos das obras realizadas nos últimos dois anos. Uma delas foi a assinatura de contrato com a Fundação Getúlio Vargas para a coleta e forne-



Odacir Soares

cimento de preços de produtos de consumo, insumos e serviços na área de construção civil, que garantiu parâmetros confiáveis para estimar o valor das compras, obras e serviços.

Outra providência foi a de não incluir, nos editais de licitação, as estimativas de preços para as obras. Isso, segundo Odacir, evitou que os concorrentes adotassem automaticamente os preços constantes dos editais, deixando de oferecer melhores condições. Finalmente, os próprios editais deixaram de ser fornecidos gratuitamente.

Emília pede ação em favor das crianças

O combate ao desemprego e à pobreza exige ações concretas, afirmou a senadora Emília Fernandes (PTB-RS), ao destacar o programa do governo federal "Brasil Criança-Cidadã", que distribui bolsas-educação de até R\$ 150,00 para as famílias que mantiverem seus filhos menores nas escolas, tirando-os do trabalho precoce. O programa, segundo a senadora, deve ser amplamente divulgado para que "a sociedade tome conhecimento do que está sendo feito para combater o aviltamento de crianças e adolescentes".

Para Emília, a exemplo do que ocorreu em Mato Grosso do Sul, onde o programa teria contribuído para a retirada de 1,2 mil menores das carvoarias, a iniciativa deve ser logo estendida também a outros estados. Ela lembrou que em Pernambuco mais de 40 mil crianças estariam trabalhando em canaviais.

O governo deve se sensibilizar também com os menores e adolescentes que são utilizados tanto em canaviais do Nordeste como nos demais segmentos que exploram o trabalho infantil em outras partes do país - frisou Emília.



Emília

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise - 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio - 3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios

Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos

Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

Editores - Djálba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento

Revisão - Maria das Graças Aureliano e Fernando Varela

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.